



Jair Bolsonaro cumprimenta Alexandre Ramagem. Moraes Costa - 9.464.23/Presidência da República

Alvo da PF, Ramagem nega uso ou relação com software espião

Deputado federal afirma em entrevista à GloboNews que não teve acesso a informações sobre investigação do caso

BRASÍLIA. O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RR) negou qualquer utilização ou relação com software de espionagem da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). O uso da ferramenta FirstMile sob sua gestão à frente da agência-alvo de investigação pela Polícia Federal.

Ramagem disse ainda não ter acesso a informações sobre investigações e que não desenvolveu os equipamentos, encontrados em sua casa durante busca e apreensão nesta quinta-feira (25), por achar que tinha autorização para permanecer com eles. O ex-diretor do órgão duran-

te o governo de Jair Bolsonaro (PL) é pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro neste ano e se pronunciou em entrevista à GloboNews nesta quinta. Ele foi um dos alvos da operação da PF autorizada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes.

Na entrevista, Ramagem afirmou que há uma "salada de narrativas" e que nunca utilizou, teve acesso ou sequer teve as senhas do FirstMile. "Nunca tivemos a utilização, execução, gestão ou senha desses sistemas", disse, se referindo a ele e sua equipe direta.

"Nós, policiais federais que estávamos lá, inclusive eu, não tínhamos acesso a isso lá, nunca pedimos [...]. Nenhum plano de operação, em três anos de Abin, assinado por mim, colocava a utilização do FirstMile [como um padrão]", completou.

Sobre a possibilidade de uso irregular da ferramenta de espionagem, afirmou: "Se o policial usa a arma equivocadamente, não é culpa do diretor-geral. Se a Receita [Federal] tem um novo sistema e utiliza errado, não é culpa do diretor-geral da Receita".

Ramagem afirmou ainda que os equipamentos da agência encontrados com ele durante a busca e apreensão eram antigos, haviam sido trocados por tecnologias mais novas (que foram devidamente devolvidas).

"Poderia devolver, mas estava ali, eu não sabia. Pensei que fossem da Polícia Federal antigos, que eu tenho direito a custódia, à guarda. Era um telefone antigo, um computador antigo, que estavam ali há mais de anos, sem entrar em qualquer tecnologia da Abin e sem ter contatos com o sistema da empresa", ressaltou.

Ele também negou que tenha tido acesso a investigações da agência após ter deixado o cargo. "Logicamente fui amigo lá, tive contatos, mas não informações de investigações, nem nada". Além do deputado federal, sete policiais são alvos

de ação, batizada de Vigilância Aproximada. Os mandados foram cumpridos em Brasília (DF), Juiz de Fora (MG), São João del-Rei (MG) e no Rio de Janeiro (RJ).

Foram cumpridos mandados de busca tanto na residência de Ramagem como no seu gabinete na Câmara dos Deputados.

Segundo a PF, também há suspeitas de que a Abin tenha atuado para favorecer os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Jair Renan e senador Flávio Bolsonaro (PL-RR). Ramagem disse à GloboNews que apenas apertou a mão do primeiro algumas vezes e que é próximo do segundo, mas que, com relação à Abin, o que havia era auxílio na proteção de ambos em viagens internacionais.

"Jair Renan tinha sido acusado de ter recebido um carro [...]. Atuação da Abin foi única e exclusivamente localizar o veículo que estava sendo utilizado pelo Jair Renan. Apenas isso", afirmou o hoje deputado federal.

Sobre a suspeita de que Flávio Bolsonaro tenha tido acesso a informações restritas, disse que sindicância interna revelou que, na verdade, se tratava de um "papel de pão mal escrito", não produzido pela agência, e que tanto a PGR (Procuradoria-Geral da República) como o TCU (Tribunal de Contas da União) arquivaram suas investigações sobre o caso.

Ramagem também nega que tenha ocorrido qualquer monitoramento da investigação sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. "Como é possível? Como é que vai ter algo da Marielle, da investigação? Utilização do sistema? Eu verifico que não tem nada a ver com o sistema. É um currículo da promotora, na informação, que parece que circulou ali. A inteligência é coleta de dados", disse ele.

Ramagem ainda afirmou que os questionamentos deviam ser direcionados a quem da Abin fez circular este currículo. Também nesta quinta, Flávio Bolsonaro atribuiu a operação da Polícia Federal motivos políticos.

"A disputa pela prefeitura do Rio começou com força total. Para quem está perdido, a história da Abin paralela é a primeira peça de campanha do time de Eduardo Paes [PT/Bidrego Maia]", escreveu ele, em rede social.

O ex-presidente Bolsonaro não comentou especificamente o assunto até o início da noite, mas publicou em suas redes declarações antigas de Ramagem criticando suspeitas envolvendo a atuação dele na chefia da Abin.

Valdemar chama Pacheco de frouxo, e senador diz que presidente do PL passa pano para o STF

Ranier Bragança e Julia Chalh

BRASÍLIA. Após a delagração da Operação da Polícia Federal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RR), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o chefe do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), trocaram acusações envolvendo a atuação de ambos diante do STF (Supremo Tribunal Federal), que autorizou as diligências cumpridas nesta quinta-feira (25). Valdemar chamou Pacheco de "frouxo" por, segundo ele, não defender os interesses dos parlamentares, e o presidente do Congresso reagiu dizendo que o aliado de Jair Bolsonaro (PL) "passa pano" para o STF quando trata da corte nos bastidores.

Para além das diligências contra Ramagem, o chefe do PL reclama ainda da ação da PF que mirou o deputado Carlos Jordy (PL-RR) no último dia 18. O gabinete do parlamentar foi alvo de buscas da corporação no âmbito da Operação Lava Pátria, que apura os ataques do 8 de janeiro.

Para Valdemar, Ramagem é perseguido pela ligação com Bolsonaro e só foi alvo da operação da PF porque é pré-candidato a prefeito. O dirigente do PL reclama da postura do presidente do Congresso, que "não defende a Câmara nem o Senado", diz que já deveria ter "feito o impeachment" de Alexandre de Moraes, responsável por autorizar as operações.

"[Moraes] acha que pode fazer o que quer. Sabe por quê? Porque o Rodrigo [Pacheco] é frouxo. Ele sabe que o Rodrigo não vai reagir".

Para Valdemar, se a Casa tivesse outro presidente, "um Renan [Calheiros] ou Antônio Carlos [Magalhães], nem perto eles [a Polícia Federal] passavam".



Policiais durante a operação desta quinta-feira (25), na Câmara dos Deputados. Carlos Bilal/Folhapress

ment contra ele de cara. Certo, ele [Moraes] não respeita o Poder Legislativo. É incrível". Pacheco respondeu horas depois, por meio de nota, criticando Valdemar e afirmando que o presidente do PL não consegue organizar a oposição para aprovar as medidas atualmente em trâmite no parlamento que visam limitar a atuação do Supremo. Disse ainda que o dirigente tenta "dissuadir" seus adeptos.

"Difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral e não é capaz de organizar minimamente a oposição para aprovar sequer a limitação de decisões monocráticas do STF. E ainda defende publicamente o impeachment de ministro do Supremo para lidar seus adeptos, mas, nos bastidores, passa pano quando trata da investigação contra congressistas".

Como mostrou a Folha, in-

tegrantes do centro e da oposição defendem que o Congresso deve uma resposta ao STF na volta dos trabalhos do Legislativo. O objetivo é vetar projetos que afetam diretamente o Judiciário, acusado por esses parlamentares de extrapolar suas prerrogativas. Entre os projetos de interesse dos parlamentares está a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que limita decisões individuais de ministros do STF, aprovada no Senado em novembro.

Apesar de integrantes do centro apoiarem a ideia de uma resposta, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) continua, segundo aliados, inclinado a não dar prioridade às propostas.

De acordo com congressistas, há também uma mobilização para coleta de assinaturas para apresentação de outra PEC, que só permitiria investigações, buscas e ações

após aprovação da Mesa da Câmara ou do Senado.

Deputado federal pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Ramagem calou da PF por suspeita de envolvimento no uso do software espion FirstMile pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Aliados de Lula culpam ex-presidente por uso da Abin

Marianna Holanda

BRASÍLIA. Aliados do presidente Lula (PT) e integrantes do governo disseram vir com gravidade a investigação que mirou funcionários da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) por suposta espionagem ilegal e buscaram atrelar a responsabilidade dos fatos a ex-presidente Jair Bolsonaro

[Moraes] acha que pode fazer o que quer. Sabe por quê? Porque o Rodrigo [Pacheco] é frouxo. Ele sabe que o Rodrigo não vai reagir. Ele tinha que ter tomado providência. Se tivesse outro presidente, mas nem perto eles [a Polícia Federal] passavam

Valdemar Costa Neto presidente do PL sobre as operações contra Alexandre Ramagem e Carlos Jordy

Difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral. E ainda defende publicamente o impeachment de ministro do Supremo para lidar seus adeptos, mas, nos bastidores, passa pano quando trata do tema

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) presidente do Senado e do Congresso Nacional em nota após críticas de Valdemar

(PL) uma vez que o esquema de arapongagem seria para benefício dele e de seu entorno. Parlamentares e dirigentes do PL apontaram perseguição na operação desta quinta-feira (25).

Eles citam como fato para reforçar essa tese a recente operação contra o deputado federal Carlos Jordy (PL-RR), na semana passada. Jordy também foi alvo de buscas pela PF na apuração que busca identificar pessoas que planejavam, financiaram e incitaram os ataques do 8 de janeiro de 2023.

As duas ações foram autorizadas pelo STF, onde as apurações tramitam sob a relatoria de Alexandre de Moraes.

Nas redes sociais, Jordy disse nesta quinta que "nem no regime militar houve tantas perseguições".

O ministro Flávio Dino (Justiça) destacou que não teve acesso ao inquérito, mas afirmou que se trata de uma "modalidade de corrupção" a informação de que pessoas e autoridades foram espionadas ilegalmente.

"Quando uma instituição comete uma ilegalidade, quando membros dessa instituição se apropriam indevidamente dela para praticarem ilegalidades, é algo realmente que merece reprovação, observado o devido processo legal".

Para ele, a Polícia Federal, o STF e o Ministério Público têm agido com prudência para "separar o joio do trigo" e para preservar o direito de defesa.

"Acho que o Brasil vive a plenitude democrática, amadurecimento das instituições da Constituição, e por isso mesmo não pode ser banalizada uma invasão de privacidade, espionagem política, como se fosse algo próprio da política".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chamou o caso de "um dos maiores escândalos da história da República".

"Comprova que Jair Bolsonaro não tem limites para grampear, perseguir e usar instituições de estado contra seus adversários".